

XXXIV Encuentro Arquisur.
XIX Congreso: “CIUDADES VULNERABLES. Proyecto o incertidumbre ”

La Plata 16, 17 y 18 de septiembre.
Facultad de Arquitectura y Urbanismo – Universidad Nacional de La Plata

EJE: Investigación
Área

3 – HISTORIA DE LA ARQUITECTURA, LA CIUDAD Y EL TERRITORIO
**DO DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO E DOS PROCESSOS DE
MODERNIZAÇÃO AOS MODOS DE GESTÃO NAS PEQUENAS CIDADES.¹**

JUREMA MOREIRA CAVALCANTI⁽¹⁾,

THAIS DE BHANTHUMCHINDA PORTELA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - FACULDADE DE ARQUITETURA, Salvador, Brasil.
Rua Caetano Moura, 121, Federação, 40210-905, Salvador-Bahia. +55(71)8224 8145.
cavalcanti_ju@yahoo.com.br⁽¹⁾,

Este artigo propõe uma análise das ações políticas organizadas pelo Estado brasileiro em torno do discurso (FOUCAULT, 2009) de desenvolvimento, com o fim de promover o crescimento nacional calcado nos conceitos de progresso, soberania e nação (CEPÉDA, 2012). Tal modo de ação corresponde a um período histórico definido, que tem início durante o primeiro governo Vargas (1930-1945). A partir de então, o planejamento nacional começa a ser operacionalizado; empreendido, através de mudanças feitas no aparelho de Estado e da formação de quadros técnicos especializados que começam a ocupar os cargos públicos (FELDMAN, 2009) das diversas esferas administrativas.

Neste sentido, o enfoque é entender como as transformações processadas no âmbito da política nacional e do planejamento urbano se articulam e como são enfrentadas pelas administrações municipais nas cidades pequenas. Como se dá o encadeamento das ações que vão do governo federal ao municipal? O que se perde neste percurso – tomando como base para análise as cidades de Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado, localizadas no interior do estado da Bahia, nas proximidades da hidrelétrica de Sobradinho, elas também resultado da operacionalização e aplicação do discurso de desenvolvimento? É este caminho que se busca percorrer.

PALAVRAS-CHAVE: DESENVOLVIMENTO; MODERNIZAÇÃO; PEQUENAS CIDADES; GESTÃO.

DESENVOLVIMENTO ENQUANTO DISCURSO DE PODER

[...] Hoje, retorno para participar da inauguração de uma das maiores obras que a Revolução realizou no Nordeste. Refiro-me à Barragem de Sobradinho. Empreendimento de um vulto

¹ Este artigo é parte da dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia (Salvador-2015), com o título “Práticas de beira das cidades antes navegáveis às cidades transpostas pela barragem de Sobradinho”.

extraordinário, não só pela regularização que traz ao São Francisco, permitindo uma geração contínua, ininterrupta, de energia elétrica com alta potencialidade, mas, também, pelo benefício que vai trazer aos programas de irrigação. [...] (GEISEL, 1978)

Esta escrita é introduzida por um enunciado, proferido pelo então presidente da República, para assinalar a inauguração da barragem de Sobradinho;² enunciado carregado do positivismo que, à época, projetava a imagem de um “Brasil Grande Potência” e que, não se desvincula de um discurso de poder (FOUCAULT, 2009), de uma “vontade de verdade” que se desdobra no mundo para estruturar uma realidade.

O discurso (FOUCAULT, 2009) não se apresenta na origem de algo, na verdade absoluta das coisas; ele é construído e produzido de acordo com os saberes que podem ser assimilados em determinado momento histórico. Ele foge à ideia de uma verdade absoluta para ser constituído a partir da regularidade de sua aparição, numa sucessão de conceitos e paradigmas que serão repetidos à exaustão, até tornar-se uma verdade socialmente estabelecida. Para Foucault, o discurso vai além da palavra escrita ou falada, para constituir uma prática; uma prática de poder e saber que se apodera do momento histórico vivido.

Importante também é introduzir o conceito de dispositivo definido como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. [...] O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 2001, p.138). De natureza estratégica, ele está inserido em relações de poder que o condicionam ao tempo em que são produzidas por ele.

O enunciado que abre este artigo traz, em si, o agenciamento destes conceitos. A barragem de Sobradinho, ali elencada, constitui dispositivo de poder, articulado por ações estratégicas que o impõe e que, a partir de sua implantação, conserva e produz novas forças de poder: da produção de energia, à implantação de programas de irrigação, as transformações processadas se sustentam por formações discursivas que antecedem, e muito, o período militar brasileiro. Tais formações discursivas partem de um direcionamento político, pensado para promover a transformação e o crescimento do país, articulado ao discurso de Desenvolvimento – discurso formulado sobre uma configuração de pensamento (política, social e econômica) que continua, ainda hoje, inserido no regime de verdade; regime que dá ao discurso a condição de se colocar como verdadeiro.

Seguindo este pensamento, o discurso de Desenvolvimento emerge no cenário mundial durante o pós-segunda Guerra, como meio de garantir a “paz” entre os países capitalistas e a retomada de seu crescimento. A necessidade de modernização para competir no mercado entre nações era imperiosa, e para que novos conflitos fossem evitados, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, tentava estabelecer critérios e acordos, para promover o crescimento conjunto, cooperativo, dentro do sistema capitalista.

Este ideal de crescimento colaborativo não se desvinculava da tensão que se impunha entre o capitalismo e um possível avanço comunista. O temor de um comunismo generalizado garantia as condições de possibilidade (FOUCAULT, 2001) para a concepção de um desenvolvimento conjunto – financiado por bancos mundiais – que garantiria a democracia, a liberdade e a paz entre as nações. Assim, a cooperação proposta pela ONU não tinha como pressuposto gerar autonomia, mas inserir as nações num projeto comum de desenvolvimento, para o qual ela fixava as regras. E chegar a um desenvolvimento equilibrado – conseguido via industrialização, processos de urbanização, atendimento às políticas econômicas e às políticas internacionais, imiscuídas na promoção da “paz” – passa

² A hidrelétrica de Sobradinho foi construída na década de 1970, na região do submédio São Francisco – localizado ao norte do estado da Bahia, Brasil. Sua implantação causou o descolamento de grande contingente populacional e a inundação das sedes municipais de Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado.

a ser o horizonte que se quer alcançar e os países se mobilizam para atingir este fim. (IVO, 2012)

A POLÍTICA BRASILEIRA E AS PRÁTICAS DESENVOLVIMENTISTAS IMPLANTADAS

Primeiramente, para tratar da configuração política brasileira, há que se diferenciar o discurso de desenvolvimento, encabeçado pela ONU, do modelo desenvolvimentista, aqui aplicado. O desenvolvimentismo, segundo Vera Cêpeda (2012), configura-se como um “projeto de transformação social profunda”, promovido pelo Estado que objetiva articular “economia e avanço social. [...] o desenvolvimentismo nasce de uma constatação de deficiência estrutural e crônica como base lógica de intervenção com objetivo de transformação. Portanto, é mais que desenvolvimento: é mudança social sistêmica, orientada e sustentada politicamente” (p.79). Sendo assim, nos países estigmatizados pelo carimbo do subdesenvolvimento, o discurso de desenvolvimento não consegue ser operacionalizado sem que o Estado tome para si a tarefa de empreendê-lo. No Brasil a sua aplicação corresponde a um período histórico definido, que tem início durante o primeiro governo Vargas (1930-1945).

É a partir deste momento, que o planejamento nacional começa a ser operacionalizado; empreendido, através de mudanças feitas no aparelho de Estado e da formação de quadros técnicos especializados que começam a ocupar os cargos públicos (FELDMAN, 2009). O marco deste processo é a criação do Conselho Federal de Comércio Exterior, em 1934 – considerado o primeiro órgão brasileiro de planejamento – com o objetivo de elaborar políticas econômicas que diminuíssem a dependência externa do país.

Nos idos dos anos 40, dando prosseguimento à formação de quadros técnicos, as administrações municipais vão também formando os seus, com vistas a intervir no processo acelerado de urbanização que se impunha – intensificado pela industrialização e pelas migrações urbanas. Neste momento, “planos diretores começam a ser elaborados por escritórios de arquitetura e por instituições de urbanismo que atuam no campo da assistência técnica, equipes multidisciplinares começam a ser constituídas para elaboração de planos e a prática do zoneamento se difunde”. (FELDMAN, 2009, p. 4)

É importante assinalar estes processos de composição de quadro técnico institucional, porque são eles que possibilitam a operacionalização do planejamento político e territorial. E se nos municípios, este planejamento fica evidente quando da elaboração dos planos diretores, em escala nacional, ele transparece nas intenções de Getulio Vargas de criar uma unidade nacional, calcada no fortalecimento das regiões brasileiras, que implicará, dentre outras coisas, na criação do Nordeste – Região em que está inserida boa parte do Rio São Francisco (considerado o rio da unidade nacional) e onde foi implantada a barragem de Sobradinho.

Tendo isto em vista, percebe-se que “o Nordeste não é um fato inerte na natureza. Não está dado desde sempre [...]. O Nordeste é uma espacialidade fundada historicamente, originada por uma tradição de pensamento, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença” (ALBUQUERQUE JR., 2011, p.66). Seu discurso seria reafirmado pela necessidade de uma contínua intervenção estatal, como forma de mitigar os problemas ali existentes; como forma de promover um desenvolvimento que fosse capaz de dar suporte ao crescimento industrial do Sul. Tal discurso, portanto, não se descolava do discurso de desenvolvimento encabeçado pela ONU ou do modelo desenvolvimentista delineado pelo Estado que ambicionava tirar o Nordeste do atraso que lhe caracterizava.

A década de 1950, por sua vez, introduzia a prática do planejamento regional pensado em outra escala de atuação: a de “rede de cidades” – pretendida enquanto articuladora das questões urbanas e regionais (MONTE-MÓR, 2006). Tal modo de planejamento partia “do reconhecimento das disparidades regionais como questão a ser superada [...] em estreita

relação com a escala urbana. Nessa perspectiva de articulação entre o urbano e o regional para a superação de desigualdades, o ideário do planejamento se tornava indissociável das estratégias de desenvolvimento.” (FELDMAN, 2009, p. 6)

Esta forma de pensar o planejamento e, claro, o desenvolvimento, não foge aos interesses articulados pela ONU – e operacionalizados pelo Estado – que defendiam a efetivação de um crescimento econômico nacional com redução das desigualdades entre regiões. Estas relações estão tão imbricadas que, com vistas a promover o desenvolvimento conjunto e equilibrado, em 1959, um novo dispositivo de planejamento é criado com o intuito de nivelar o crescimento da região Nordeste com o restante do país: a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A partir de então, as metas de planejamento da SUDENE e os projetos por ela articulados – projetos de barragens, estradas, aeroportos – entram em acordo com as propostas de desenvolvimento instituídas e o Estado brasileiro vai ajustando seus projetos às demandas dos organismos internacionais, na medida em que os recursos para financiamento via Banco Mundial, vão sendo facilitados.

A BARRAGEM DE SOBRADINHO COMO DISPOSITIVO DE PODER DO ESTADO

No ano de 1973, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) dava início à construção da hidrelétrica de Sobradinho, implantada 40 Km a montante (rio acima) das cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), na atual divisa dos municípios de Sobradinho e Casa Nova. A obra causou o represamento de parte do Rio São Francisco e a formação de um lago artificial que, em sua cota máxima, chega a atingir 300km de extensão e larguras variáveis de 5 a 40 Km. (CEEIVASF, 1987)

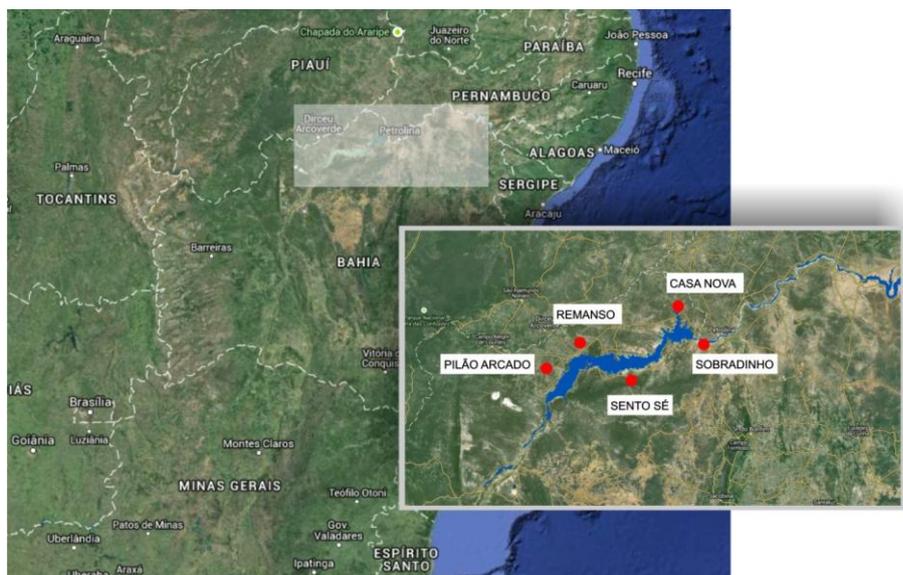


Fig.1. Localização da Barragem de Sobradinho em relação ao estado da Bahia e identificação das quatro cidades reconstruídas e do município recém emancipado: Sobradinho (Fonte: Google Maps, 2015. Edição: Joaquim Nunes, 2015).

Em 1979 a usina entrava em operação e o reservatório atingia os municípios de Juazeiro, Xique Xique, Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado e Sento Sé, inundando 26 povoados rurais e as sedes municipais dos últimos quatro municípios (CEEIVASF, 1987), causando o deslocamento de 70 mil pessoas que, além de terem que deixar os lugares em que viviam, precisaram reformular toda a sua lógica de produção e organização social.

Deste contingente populacional, uma pequena parte habitava as áreas urbanas, configuradas pelas sedes dos municípios; a outra parte (cerca de 80% das famílias atingidas) ocupava as extensas áreas rurais – beiras de rio, ilhas, áreas de caatinga³ e povoados. Para cada uma delas, deveria ser dada uma alternativa que “compensasse” as perdas sofridas. Entretanto, o Decreto-Lei nº 1.207 de 1972, que legitimava a implantação da barragem, garantia recursos para a sua construção e para a “Reurbanização ou relocação de cidades e vilas” (BRASIL, 1972), mas nada constava a respeito dos custos que envolvia o trabalho a ser realizado com a população rural.

Naquele momento, as novas cidades constituíam dispositivo de poder tanto quanto a barragem em si, uma vez que a sua construção simbolizava o ideal de modernidade e desenvolvimento que se vinculava à produção de energia e ao progresso do país. Segundo Siqueira (1992, apud SILVA 2010), a retórica de governo utilizada no trato com a população, apresentava o ideal de “uma nova cidade e novas terras numa era de desenvolvimento, empregos, modernidade, sem precedentes, marcados pela fartura de peixe, de eletricidade, em casas confortáveis, ruas espaçosas e planas.” (p.204)

Assim, como marco dos trabalhos a serem desenvolvidos nas áreas urbanas, a CHESF deu início ao “inventário” dos equipamentos existentes nas cidades que seriam alagadas. A partir do levantamento feito, cada nova cidade receberia o mesmo nome de sua antecessora e contaria com os mesmos equipamentos públicos e institucionais existentes nela. Se havia uma escola e um posto de saúde em Remanso, era uma escola e um posto que seriam construídos (e não dois ou três). E assim foi feito com cada novo núcleo urbano reconstruído, conforme evidencia a fala de Roberto Cortizo, arquiteto que participou da elaboração do projeto da nova cidade de Remanso.

[...] Agora veja você, o centro de cultura, o cinema, tinha duzentos lugares, eles só queriam fazer um cinema pra duzentos lugares... [...] Outra coisa é o seguinte: a cidade só tinha 70% de água, eles só queriam botar na nova Remanso 70% de água, a cidade velha de Remanso só tinha fossa, e eles não queriam fazer rede de esgoto, então tudo isso. [...] a igreja, cabia 150 pessoas, eles queriam fazer uma igreja pra 150 pessoas, a Prefeitura tinha 150 metros quadrados e eles queriam fazer uma prefeitura de 150 metros quadrados...⁴ (CORTIZO, 2009, apud SILVA, 2010, p. 276-7)

Tal ideia de replicar os equipamentos nas novas cidades, com dimensões correspondentes aos preexistentes, era tão caricata quanto contraditória, uma vez que os planos diretores elaborados reservava no entorno das cidades, áreas de expansão que deveriam suprir as futuras demandas de crescimento urbano. Deste modo, foi durante o processo de planejamento das novas sedes, que os primeiros planos diretores de desenvolvimento – que vinham sendo implantados nos grandes centros urbanos desde os anos 40 – foram elaborados para aquelas cidades, 30 anos depois. A construção da usina tornara-se um símbolo de modernidade e de desenvolvimento e a região de seu entorno precisava ser inserida nesta lógica através de ações de planejamento territorial.

BREVE INSERÇÃO SOBRE O ESTATUTO DA CIDADE E COMO PENSAR A POLÍTICA URBANA NESTES MUNICÍPIOS (OU DAS CONTRADIÇÕES ENTRE O DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO E SUA APLICAÇÃO)

É importante voltar, mesmo que rapidamente, à questão dos planos diretores, porque o modo como foram elaborados, acabam por refletir na forma como a questão urbana vai ser pensada (ou somente reproduzida) atualmente nas cidades reconstruídas no entorno do lago de Sobradinho. E se num primeiro momento, a elaboração dos planos se deu a partir da necessidade de construir as novas sedes – e não porque elas estavam inseridas na

³ Caatinga é o tipo de vegetação presente em regiões semiáridas. Abrange boa parte do Nordeste brasileiro e é conhecida, pelo senso comum, pelo aspecto seco das plantas que a constituem.

⁴ Embora Roberto Cortizo refira-se ao processo que envolveu o projeto de Remanso (SILVA,2010), outros enunciados mostram que foi atitude recorrente da CHESF reproduzir nas cidades que seriam construídas, os mesmos equipamentos e serviços existentes nas cidades alagadas.

discussão nacional que pensava o desenvolvimento regional articulado com as administrações municipais –, depois, a atualização dos planos deu-se, tão somente, a partir da obrigatoriedade estabelecida pelo Estatuto da Cidade⁵ que retomou a inserção deste instrumento como norteador do modo de fazer política urbana.

E embora a utilização de planos diretores como instrumento de planejamento seja feita, como dito anteriormente, desde a década de 40, o que diferencia os novos Planos – previstos no Estatuto da Cidade – de seu formato anterior, “mais burocrático e tecnocrático”, é o intento de torná-lo uma “prática com ampla participação da população” (SANTOS JUNIOR; MONTANDON, 2011, p.14). A despeito de saber que na prática a proposta de participação se resume a umas poucas audiências, com número reduzido de representantes da sociedade civil, e que pouco altera a redação do documento posto, o intento de pensar o planejamento da cidade a partir de uma discussão aberta é inovador. Se não funciona como planejado, pelo menos se abre ao propósito de fazer ouvir o outro.

E se o Estatuto da Cidade possibilita abrir a discussão das questões urbanas com os movimentos sociais – e a sociedade em geral – principalmente nos grandes centros, o que ocorre na cidade de Casa Nova e, possivelmente, em outras pequenas cidades⁶ do interior do Brasil é uma inserção dos instrumentos de planejamento urbano feito sem qualquer crítica sobre o seu entendimento e sua aplicação, ou seja, uma apropriação do discurso técnico – enquanto prática de poder e saber (FOUCAULT, 2001) – para o discurso do cotidiano implicando, nesta transferência de saberes, algumas distorções de sentidos. Isto pode ser evidenciado na foto tirada de um cartaz colado na parede da Secretaria de Urbanismo da cidade e em algumas entrevistas realizadas com os Secretários de Urbanismo, Obras ou Infraestrutura dos quatro municípios.



Fig. 2. Foto de cartaz colado na parede da Secretaria de Urbanismo de Casa Nova. (Fonte: Thais Portela, 2012)

⁵ A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 que institui o Estatuto da Cidade, torna obrigatória a elaboração de plano diretor para todos os municípios com mais de 20 mil habitantes. No caso das cidades aqui trabalhadas, a exigência é ainda reforçada por estarem inseridas em área “de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.” (BRASIL, 2001)

⁶ Aqui entendidas, não tanto pelo seu porte demográfico, como pela sua estreita relação com o entorno rural imediato.

Nas conversas tidas com os secretários, quando perguntado o que vinha sendo pensado, em termos urbanísticos, para o município, as respostas giravam sempre em torno das ampliações de redes de água, energia e esgoto; da implantação de algum projeto habitacional; da pavimentação de ruas e/ou estradas vicinais, da construção de postos de saúde e escolas, etc. Embora nem todas as administrações estivessem implantando esse “pacote” de serviços, todas elas apresentavam pelo menos parte dele como proposta. Em contrapartida, nada era dito sobre as questões que envolviam as dinâmicas urbanas e sociais daquelas cidades. Daí, depreende-se que, o que parece haver ali é uma adequação ao que o Governo Federal/Estadual estipula como parâmetros de urbanidade e uma espera pelo que os programas têm a oferecer. Espera, não em termos de passividade absoluta, mas de uma deficiência técnica propositiva.

Além do mais, a implementação dos programas, planos e projetos desenvolvidos em nível federal, dependem, no mais das vezes, do funcionamento cadenciado de toda uma gestão do desenvolvimento, que tem seu fim nas administrações municipais. Não que estas sejam as únicas responsáveis pelos entraves gerados na operacionalização das políticas, mas não há como desconsiderar o que se perde no meio desta cadeia – que vai do federal ao municipal – por deficiência de quadros técnicos, por corrupção ou simplesmente por incompetência.

Aliás, a própria descentralização administrativa da gestão pública – assegurada pela Constituição de 1988, como forma de garantir maior autonomia aos estados e municípios – por não ter sido acompanhada de reforma tributária, só consegue viabilizar, em parte, essa descentralização. A pequena arrecadação obtida pelos municípios limita o nível de atuação destas administrações que permanecem, no mais das vezes, dependentes dos repasses federais e/ou estaduais. No fim, seu grau de atuação acaba limitado à captação de recursos garantidos pelos programas que chegam prontos de outras instâncias federativas. Os projetos vão sendo assim, implantados de forma carimbada, sem deixar espaço para a construção crítica das ações pretendidas.

E se a burocracia administrativa já se faz suficiente para interromper processos – qualquer que seja a escala da gestão –, a “tradição” clientelista da política nas pequenas cidades, parece intensificar ainda mais estes entraves. As nomeações dos cargos administrativos feitas em troca de favores e apadrinhamentos intensificam a deficiência técnica existente nestas instâncias, e não há dúvidas que elas atravancam a fluidez dos organogramas institucionais planejados para funcionarem de maneira articulada.

Neste sentido, durante visitas feitas às quatro cidades, as conversas com representantes das Secretarias municipais, embora, em alguns casos, tenham sido muito esclarecedoras – devido à apropriação dos técnicos e/ou secretários sobre o que estava sendo desenvolvido – em outros, a falta de informações era evidenciada na sequência de declarações do tipo “não sou o responsável por isso”. Em Pilão Arcado, a tentativa de estabelecer uma conversa com um dos secretários da prefeitura, enfatiza esta transferência de responsabilidades. Neste sentido, segue trecho retirado das anotações feitas durante a realização do trabalho de campo.

Passei na prefeitura pra perguntar se havia alguma secretaria de urbanismo, obras, ou qualquer outra onde pudesse perguntar sobre os projetos pensados para a cidade. Me indicaram procurar o Secretário de [...] – que ficava lotado no prédio da Secretaria de Agricultura. Chegando lá, soube que não tinha mais uma sala ali e que o encontraria no supermercado da esquina que levava o seu sobrenome. Ao perguntar sobre os projetos, me respondeu dizendo que não sabia nada a respeito, uma vez que “o prefeito só dá autonomia a quem ele confia” (o que não era o caso dele) e a única ação de sua responsabilidade era a assinatura dos papéis que lhes chegavam. Em resumo: o secretário é um funcionário municipal, pago com salário de secretário, cuja função é passar os dias

no supermercado à espera de papéis para serem assinados. Pediu pra que eu procurasse o Secretário de Finanças para saber das informações que procurava.⁷

Além disso, outro entrave que desaparece dos balanços numéricos – porque costuma perder-se no limbo dos ganhos de uma maioria hegemônica – é aquilo que falta às minorias. Embora já tenha sido dito, a quem interessava a barragem de Sobradinho (à ONU, ao Estado, à promoção do desenvolvimento, etc.), não é demais reforçar quem teve, no fim, que arcar com os maiores custos de sua implantação: a população deslocada que, ainda hoje, continua adaptando suas práticas à falta de energia e à deficiência no abastecimento de água.

Ora, a formação do lago, e todo o discurso modernizador que o envolvia, fez romper toda a lógica estabelecida, até então, naqueles espaços. Imensas áreas de caatinga foram desapropriadas para implantação das novas cidades; o rio se transformou em lago e passou a ser administrado pela CHESF; as cidades continuaram dirigidas pelas prefeituras municipais, mas tornaram-se setorizadas e ordenadas por construções que se agrupavam em níveis sociais semelhantes;⁸ o restante da caatinga continuou a ser território rural, só não mais destinado à agricultura de subsistência⁹ (SUDENE, 1967) e sim, de onde se esperava que nascessem os projetos de irrigação e fossem implantadas as empresas de fruticultura.¹⁰

Entretanto, a despeito das ações promovidas pelo discurso modernizador e de toda a propaganda de desenvolvimento promovido pela inserção da agricultura irrigada na região, é importante considerar alguns aspectos que contradizem este discurso, e se não são capazes de negá-lo na macroescala dos dados estatísticos, pelo menos interferem no seu funcionamento quando analisados na microescala de sua operacionalização. Ou seja, se as transformações operadas pela barragem quando da sua implantação não podem ser percebidas no contexto dos discursos nacionais – uma vez que nesta escala eles aparecem formatados sob o argumento do benefício trazido pela produção energética – em escala local, e até regional, a sua presença é percebida de maneira impactante ainda hoje, através da memória dos que residem nas cidades reconstruídas; através dos projetos dessas mesmas cidades e da dureza de sua implantação; através mesmo de um rápido olhar direcionado ao mapa do Rio São Francisco – o mapa também como produtor de discurso –, onde a presença da barragem marca a diferença no seu curso. Como pôde ser visto na Fig. 1, mostrada anteriormente.

Assim, durante passagem pelas cidades reconstruídas, não foram poucas as contradições explicitadas nos enunciados das pessoas, que negavam o sentido de desenvolvimento trazido à região, após a implantação da barragem. É interessante perceber como estes enunciados conflitam com o discurso corroborado por dados estatísticos que buscam expressar a construção de uma realidade calcada sobre o discurso de desenvolvimento. Neste sentido, relaciona-se a seguir, um trecho retirado do relatório da Secretaria de

⁷ Anotação feita em caderno de campo, em 24 set. 2013.

⁸ Na cidade velha de Remanso, por exemplo, a CHESF realizou um levantamento para avaliar a qualidade das moradias existentes e equipará-las aos quatro padrões que seriam construídos na nova cidade. As casas de Tipo I seriam as de padrão inferior, já as de Tipo IV, as maiores e melhor localizadas. Seguindo esta lógica, as novas habitações seriam agrupadas a partir de cada uma das tipologias definidas. (SILVA, 2010)

⁹ A agricultura de subsistência constitui um modo de produção que tem como fim suprir as necessidades alimentares do agricultor e sua família.

¹⁰ As ações de planejamento elaboradas pela SUDENE defendiam que a economia de subsistência configurava um entrave ao crescimento da faixa monetária da população. Sendo assim, as terras produtivas deveriam ser destinadas àqueles que podiam gerar emprego e renda e, por conseguinte, dar aos pequenos produtores o poder de compra. Com isso, não seria mais necessária a produção de itens primários de consumo, mas a implantação de grandes fazendas que fornecessem matéria prima para a indústria que, neste caso, materializava-se na implantação de áreas destinadas à agricultura irrigada (SUDENE, 1967) – hoje amplamente ocupadas por empresas de fruticultura irrigada.

Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) sobre a qualidade do fornecimento de energia na região com anotações pessoais feitas em caderno de campo.

No APL¹¹ está localizada a hidroelétrica de Sobradinho, pertencente à Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), que fornece a energia elétrica a partir de subestações localizadas no APL.

As empresas mantedoras de energia elétrica são a COELBA – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia e CELPE – Companhia de Eletricidade do Estado de Pernambuco respectivamente, nos municípios do APL do estado da Bahia e Pernambuco. *Portanto, não existe deficiência com relação ao suprimento de energia elétrica à médio prazo.* (SECTI, 2008, p.17, grifos nossos)

Na cidade velha de Pilão Arcado (única que não foi submersa), placas de obra informavam sobre a implantação de energia solar nas casas habitadas. Energia solar sendo implantada (literalmente) no meio do lago de Sobradinho, e mesmo assim, tal implantação só aconteceu no ano de 2010!¹²

Em conversa com o Secretário de Remanso fui informada que 50% do município não era abastecido por rede elétrica. Segundo ele, toda esta área se concentrava na zona rural. Entretanto, durante estadia na cidade soube que dois bairros urbanos ainda não possuíam energia, e num terceiro, a rede havia sido implantada recentemente.¹³

Quando, em novembro do ano passado, estivemos em Casa Nova, soubemos que a água que abastecia a cidade estava apodrecendo. Quem podia, comprava água mineral – não só para beber, mas também para o banho das crianças – quem não, arriscava o seu uso, tendo, vez ou outra, que recorrer aos postos de saúde com problemas de estômago ou infecção de pele.¹⁴

A falta de água na área urbana [de Remanso] é constante, em alguns bairros como Vila Santana. O sistema de captação na cidade funciona da seguinte maneira: a captação primária é feita no cais (porto) através de bomba elétrica – mas devido ao elevado valor das contas de energia, pagas pelo SAAE,¹⁵ o funcionamento deste sistema é interrompido das 6:00h às 9:00h (horário de pico no preço da energia). Neste interim é a bomba móvel da beira do lago que faz a captação (captação secundária) já que esta, é movida à diesel.¹⁶

Mas de tudo isso, o que parece ser o maior contrassenso é a falta de água e luz, em alguns bairros das áreas urbanas e, principalmente, nas áreas rurais, como pode ser percebido no relato do Secretário de Obras de um dos municípios.¹⁷

Jurema: E energia, como é que é isso?

Paulo: Energia aqui é tudo via Luz para Todos.

Jurema: Ainda tá sendo implantado?

Paulo: Implantado é... num processo... lento. Nós aqui temos no interior, talvez, eu não sei, posso até tá falando... aleatoriamente, mas... talvez a gente não tenha ainda 50% do município ainda atendido por rede elétrica.

Jurema: É mesmo?

Paulo: É.

Jurema: Mas na área urbana é...

Paulo: Não, na área urbana é 100%. [...] parece que tem duas áreas, só, aqui que são feitas de gambiarra. [...]

[Na zona rural] Nós temos uma região como Xique-Xique que tem uma usina de beneficiamento de frutas e não tem energia!

¹¹ Os municípios aqui trabalhados fazem parte da região identificada, pelo governo do Estado da Bahia, como APL de fruticultura e caprinovinocultura (SECTI, 2008). Segundo definição do Ministério do Desenvolvimento os APLs (Arranjos Produtivos Locais) “são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa”. (BRASIL, 2011)

¹² Anotação feita em caderno de campo, na cidade de Pilão Arcado, em 23 nov. 2013.

¹³ Anotação feita em caderno de campo, na cidade de Remanso, em 28 nov. 2013.

¹⁴ Anotação feita em caderno de campo, na cidade de Casa Nova, em 02 dez. 2013.

¹⁵ SAAE (Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto)

¹⁶ Anotação feita em caderno de campo, na cidade de Remanso, em 28 nov. 2013, a partir da conversa tida com Paulo, Secretário de Obras.

¹⁷ Não é intenção deste trabalho expor as pessoas que se dispuseram a falar, por isto a imprecisão do município visitado. Além do mais, os nomes dos entrevistados foram substituídos por outros.

Jurema: E funciona como?

Paulo: Só de dia, tudo na mão! Entendeu? Tudo artesanal. Construído... prédio construído, tudo direitinho [...] e não tem energia.

Parece contraditório pensar que o desenvolvimento proposto para a região, não foi suficiente para fazer chegar energia em todo o município. Ainda são muitas as casas sem luz – ou abastecidas com placas solares – nas áreas rurais; ou se a luz chega, a potência não é suficiente para fazer funcionar um motor elétrico que puxaria a água para irrigar a propriedade. O fato é que o desenvolvimento proposto nunca esteve direcionado para os pequenos produtores, mas para uma nova dinâmica a ser implantada através de grandes produções irrigadas.

E para além das contradições derivadas dos processos que envolveram a implantação da barragem, outras tantas emergem dos atuais processos de gestão. Numa rápida análise, o que se verifica nesses lugares é uma produção carimbada de projetos prontos que são replicados à exaustão em cidades de portes semelhantes. Assim como os projetos, os discursos produzidos acabam por transformar-se num texto ensaiado que prevê a criação de demandas igualmente padronizadas. Muito pouco se desenvolve em termos de desenho urbano ou de crítica aos parâmetros urbanísticos aplicados; primeiro, porque não há corpo técnico suficiente, que possa propor, questionar, pensar sobre as demandas do lugar e, segundo, porque eles estão situados num sistema burocrático de operacionalização de recursos federais/ estaduais que demanda um retorno dos resultados muito mais em termos quantitativos que em aspectos qualitativos. Assim, o desenvolvimento continua a ser produzido através das formas hegemônicas de planejamento, quais sejam, os planos, projetos e políticas de governo, a gestão dele é que não funciona conforme o planejado.

REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque Jr., D. (2011). *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez.
- Brasil. (1972). *Decreto-lei nº 1.207, de 07 de Fevereiro de 1972*. Cria Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De1207.htm.
- _____. (2001). *Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm.
- _____. (2011). Ministério do Desenvolvimento Social. *APLS o que são?* Disponível em: http://portalapl.ibict.br/menu/itens_menu/apls/apl_o_que_sao.html
- CEEIVASF. (1987). *O reservatório de Sobradinho: Problemas decorrentes do seu deplecionamento*.
- Cêpeda, V. (2012). Inclusão, democracia e novo desenvolvimentismo - um balanço histórico. *Estudos Avançados (USP)*, 26, 77-90.
- Feldman, S. (2009). *1950. A década de Crença no Planejamento Regional no Brasil*. Trabalho apresentado no Encontro Nacional da ANPUR, 13: Planejamento e gestão do território. Florianópolis, 25 a 29 de maio de 2009. *Anais...* Florianópolis: ANPUR/UFSC, 2009. v.1. p. 01-23. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3052>.
- Foucault, M. (2001). *Microfísica do Poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 16 ed. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (2009). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France*. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas.
- Geisel, E. (1978). *Improviso em Petrolina – PE, por ocasião da inauguração da barragem de Sobradinho*. Petrolina, 28 mai. 1978. Discurso. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos-1/1978/47.pdf/view>.

Ivo, A. (2012). O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. *Caderno CRH*, Salvador, 25, 187-210. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v25n65/v25n65a02.pdf>.

Monte-Mor, R. (2006). As Teorias Urbanas e o Planejamento Urbano no Brasil. In: Diniz, C.; Crocco, M.. (Orgs.). *Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes*. (pp. 61-85). Belo Horizonte: Editora UFMG.

Santos Junior, O.; Montandon, D. (orgs.). (2011). *Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ. Disponível em:

http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/miolo_plano_diretor.pdf

SECTI (2008). *Plano de Desenvolvimento do APL de Fruticultura do Vale do São Francisco*. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1247146529.pdf.

Silva, E. (2010). *Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: Ganhos e Desenganos*. Dissertação de Mestrado inédita. Mestrado em Geografia. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SUDENE (1967). *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*. 2ª Ed., Recife. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/acervo>.